

apresentação

presentation

O presente número da *História Econômica & História de Empresas* traz nove artigos com uma relativa diversidade de objetos e métodos de pesquisa na área, contribuindo para sua posição ímpar na divulgação de pesquisas acadêmicas desse campo de estudos no país. De antemão, agradecemos a todos os autores, avaliadores, editores, revisores e diagramadores que contribuíram para manter a qualidade da revista entre inúmeras mensagens, prazos e percalços.

O artigo “Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no Brasil” de autoria de Alexandre Saes, Rômulo Manzatto e Euler Sousa realiza uma análise contemporânea do ensino de história econômica nos cursos brasileiros de graduação em economia. A formação dos professores e as práticas de escolha da bibliografia no estudo dessas disciplinas são dimensões exploradas pelos autores, gerando uma diversificada gama de opções no ensino atual a despeito de diretrizes curriculares comuns nos cursos de graduação na área. Os autores apontam que as novas pesquisas realizadas nas décadas recentes têm sido absorvidas e integradas ao ensino de graduação de forma mais lenta, especialmente nas disciplinas de História Econômica Geral e de História Econômica do Brasil.

No âmbito da história econômica e institucional do período imperial, o artigo “República Rio-Grandense: administração e sistema tributários em tempo de guerra (1836-1845)” de Marcia Eckert Miranda apresenta de forma inovadora um aspecto pouco trabalhado na historiografia ao considerar a dimensão fiscal do breve Estado Rio-Grandense. Apesar de sua curta existência e da escassez documental, aspectos que por si próprios afastariam o trabalho historiográfico, a autora procura os indícios das dimensões estruturais que ameaçavam o novo Estado, seja em sua dimensão bélica, a lutar contra o império brasileiro, seja em sua dimensão

material, por estar baseado em uma economia fundada primordialmente sobre a pecuária. Se a guerra era capaz de afetar o poderoso Estado imperial brasileiro, na república meridional a questão tomava cores dramáticas que limitavam sua construção institucional, aspecto crucial salientado pela autora. Ao analisar os desdobramentos fiscais envolvidos na Revolução Farroupilha, o artigo avança temporalmente sobre os estudos anteriores realizados pela autora, complementando sua interpretação sobre as origens fiscais da revolta.

Ainda dentro do período imperial, mas já nos prenúncios do ocaso do Estado monárquico, o artigo “Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (Piracicaba, província de São Paulo, 1874-1880)” de José Flávio Motta aprofunda a análise do tráfico interno em uma cidade representativa da expansão cafeeira, mas ainda herdeira do açúcar, no Oeste paulista por meio do estudo das transações envolvendo crianças escravas ou ingênuas. De forma mais ampla, o artigo também contribui para uma melhor compreensão da lei da Ventre Livre. Segundo a lei, as crianças nascidas após sua promulgação acabavam acompanhando suas mães escravas, quando essas eram negociadas no tráfico. Além disso, os senhores podiam usufruir dos serviços dos filhos ingênuos que acompanhavam as mães escravas. A partir de dados notariais, o autor apresenta uma minuciosa e interessante análise quantitativa e qualitativa desse tráfico de crianças em Piracicaba.

Excedendo o período imperial, o artigo de Rodrigo Pereira “Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África Ocidental e o Brasil e sua relação com o candomblé” adota uma perspectiva mais próxima à antropologia econômica para analisar a formação de mercados consumidores de produtos da África Ocidental no Brasil vinculados ao candomblé. Se o tráfico de escravos atuou na construção de um mercado de trabalho transterritorial nas duas margens do Atlântico, simultaneamente americano e africano, seu declínio foi compensado por outras formas de intercâmbio, na qual o comércio afro-brasileiro de produtos religiosos atuou para transformar os termos dessa unidade. Em sua argumentação, o autor analisa brevemente o comércio de azeite de dendê, panos da costa e búzios no século XIX, por um lado, e a formação e desenvolvimento de um grande entreposto comercial no Rio de Janeiro, o Mercado de Madureira, vinculado ao comércio das mercadorias africanas no Brasil, por outro.

Os dois artigos seguintes – “Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)” de Pedro Paulo Zahluth Bastos e “A relação entre o capital estrangeiro e a industrialização brasileira nos anos 1950” de Joana Souza de Meirelles e Fernando Augusto Mansor de Mattos – abordam aspectos complementares da problemática inserção externa da economia brasileira na década de 1950, centrando-se o primeiro na discussão sobre os fatores estruturais que conduziram à crise cambial ao início da década e o segundo artigo no debate dos fatores externos e internos que impactaram a entrada de investimentos diretos estrangeiros no país, com diferenças significativas entre a primeira e a segunda metade da década. Além de períodos próximos, ambos artigos lidam com a difícil tarefa de equacionar elementos da dinâmica do capitalismo internacional, especialmente a construção da hegemonia econômica norte-americana no pós-guerra, com as dimensões cambiantes da construção do capitalismo brasileiro, sobretudo na questão essencial do financiamento da economia nacional em processo de industrialização.

A presente edição conta ainda com dois artigos referentes à história econômica de outros países que sofrem dilemas semelhantes aos nossos na sua condição de países capitalistas periféricos. O artigo da historiadora argentina Viviana Román, “Las microempresas y pymes editoriales argentinas frente al desafío de la promoción, venta y distribución de libros a fines del siglo XX y principios del XXI”, aponta os dilemas recentes enfrentados na Argentina pelas editoras de menor porte em um contexto de acirramento da concorrência pela entrada de grandes empresas internacionais no país platino, conflito que ocorre tanto em aspectos da produção editorial quanto nas estratégias de venda e comercialização dos livros. Do ponto de vista metodológico, a autora trata de um objeto de estudo um pouco renegado pela história econômica – o mercado editorial e a história do livro – a despeito do número crescente de trabalhos em outros campos da história. Além disso, a autora também contribui para uma outra abordagem da história econômica ao empregar a história oral, presente nas entrevistas realizadas com diversos editores, como uma fonte privilegiada para uma análise qualitativa das transformações operadas no mercado argentino nas décadas recentes.

O artigo de Bruno de Campos, “Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional”, procura analisar as raízes do pro-

cesso de desenvolvimento econômico e da industrialização indiana a partir de uma perspectiva de longo prazo e da contribuição teórica de Alice Amsden para a nova economia política, sobretudo com seus estudos dos processos de desenvolvimento nos países asiáticos. Campos busca destacar também o papel das relações entre britânicos e indianos sobre o desenvolvimento indiano, retomando a velha temática dos vínculos entre imperialismo e dependência. Por outro lado, o autor ressalta o papel do Estado como agente dinamizador desse desenvolvimento e na superação das relações coloniais. Para o leitor brasileiro, o artigo apresenta um roteiro básico de análises e leituras sobre a relação entre colonização, descolonização e desenvolvimento para o caso indiano.

Por fim, na área de história do pensamento econômico, o artigo “A economia e a filosofia moral de Adam Smith: uma abordagem integral de seus escritos” de Juliano Vargas contribui para uma compreensão mais apurada das articulações da obra de Adam Smith, sobretudo das relações entre a *Teoria dos Sentimentos* e a *Riqueza das Nações*. Vargas vale-se das interpretações contemporâneas sobre Smith que, por meio da reconstituição da produção e do contexto das obras do escocês, destacam as íntimas conexões entre a filosofia moral e a teoria econômica, aspecto evidenciado pelas ideias de interesse próprio e simpatia na construção da sociedade mercantil.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial